



MUNICÍPIO DE SETÚBAL  
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO  
EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE SETUBAL  
Realizada em 28 de setembro de 2022

N.º 20/2022

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas dezassete horas e vinte e três minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Setúbal, de acordo com o Edital n.º 128/2022, sob o registo n.º 1.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O Sr. Vereador Paulo Sérgio Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 2 e 3.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4.

### Ordem de Trabalhos

#### **Período da Ordem do Dia**

- 1. Deliberação n.º 3310/2022 – Proposta n.º 2378/2022 - DOM/DAF/DICOMP/SECOMP - Concurso Público n.º 09/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de aluguer operacional de 30 viaturas ligeiras de passageiros e 1 viatura ligeira de mercadorias, pelo período de 36 meses – Adjudicação.**
- 2. Deliberação n.º 3311/2022 - Proposta 027/2022 - GAP - Nomeação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal**

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que a sua intervenção estava relacionada com a organização dos trabalhos. No final da última reunião que tinha sido há oito dias, tinha solicitado ao senhor Presidente que marcasse aquela reunião para o fim do dia, uma vez que haveria plenário na Assembleia da República, sendo que daquela vereação faziam parte dois deputados que tiveram de se ausentar do plenário da Assembleia da República para poderem estar presentes na reunião de Câmara. Uma reunião que tinha apenas dois pontos na sua Ordem de Trabalhos, sem período de antes da ordem do dia e sem intervenções por parte do público, significava que não seria uma reunião demorada. Lamentou que a sua sugestão não tivesse sido acolhida, uma vez que o senhor Presidente marcara aquela reunião extraordinária para a mesma hora das reuniões ordinárias, com a diferença de uma hora, tendo iniciado com um atraso de 25 minutos. Esperava que pudessem, pelo menos naquelas situações, ter a possibilidade de algum consenso na organização dos trabalhos.

**Sr. Presidente** – Informou o senhor Vereador Fernando Negrão que o seu pedido tinha ficado registado e tinha procurado dar cumprimento ao solicitado, no entanto, de acordo com a sua agenda, procurou encontrar o dia e a hora que permitisse a realização de reunião extraordinária. Naquele dia iriam ter a receção à comunidade educativa que já estava marcada para as 18h00, como alternativa teriam que marcar a reunião para depois das 21h00. Aquela tinha sido a justificação. Ainda tentaram atrasar a reunião o mais tarde que podiam, arrastando para o final do dia. Lamentou e sempre que fosse possível, obviamente que atenderiam àquelas circunstâncias e situações. A única possibilidade para que as deliberações tivessem efeito, seria a sua realização na quarta-feira pelas 17h00, uma vez que às 18h30 tinham a receção à comunidade educativa.

**Sr. Vereador Fernando José** – Acompanhando aquilo que tinha sido dito pelo senhor Vereador Fernando Negrão, terá sido uma questão colocada logo no início do atual mandato. Tinham dois vereadores que eram deputados na Assembleia da República, à quarta-feira tinham quase sempre plenário na parte da tarde. Tinha sido apresentada uma proposta nas reuniões preparatórios para que as reuniões à quarta-feira pudessem começar um pouco mais tarde. Nada obstaria a que um deputado na Assembleia da República estivesse todo o dia em atividade parlamentar, como seria o seu caso bem como o caso do senhor Deputado Fernando Negrão, que os obrigasse a ausentar do plenário para participar numa reunião de Câmara, o mesmo poderia acontecer com um professor, um assistente técnico, um técnico superior, como qualquer outra profissão que depois ao abrigo do Estatuto dos Eleitos Locais podia efetivamente vir a exercer. Aquilo que tinham apelado, na altura, tinha ido no sentido de que as reuniões de Câmara pudessem começar mais tarde e verificaram que a única alteração que existira, proposta pelo senhor Presidente, era as reuniões de câmara iniciarem às 16h30. Quase um ano de mandato talvez fosse a altura de equacionar a possibilidade de as reuniões à quarta-feira iniciarem às 17h30, permitindo aos vereadores que tinham sido democraticamente eleitos naquela Câmara Municipal e também na Assembleia da República enquanto deputados, pudessem desempenhar sem qualquer tipo de constrangimento as suas funções na Câmara Municipal e na Assembleia da República.

**Sr. Presidente** – Disse que compreendia aquele tipo de constrangimento, pelo que teriam que ponderar a questão que o senhor Vereador tinha acabado de colocar.

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 1. Deliberação n.º 3310/2022 – Proposta n.º 2378/2022 - DOM/DAF/DICOMP/SECOMP - Concurso Público n.º 09/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de aluguer operacional de 30 viaturas ligeiras de passageiros e 1 viatura ligeira de mercadorias, pelo período de 36 meses – Adjudicação**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 5 a 8.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Lembrou que a proposta visava fazer a substituição das viaturas a diesel, em uso pelos trabalhadores da câmara, por viaturas híbridas e a aquisição de uma viatura oficina para o apoio às escolas. Estavam a falar dos lotes 3, 4 e 5, tendo em conta que os lotes 1 e 2 iam ser objeto de novo procedimento concursal. Tratava-se de fazer aprovar aquela proposta que na última reunião tinha sido retirada pela ausência de um documento.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 4 votos da CDU e 4 do PS e 2 abstenções do PPD/PSD

## **2. Deliberação n.º 3311/2022 - Proposta 027/2022 - GAP - Nomeação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 9 a 12.

**Sr. Presidente** – Como era do conhecimento de todos, tinham vindo progressivamente a dar sequência aos procedimentos necessários para a constituição e estruturação dos Serviços Municipalizados de Setúbal. Tratava-se de uma proposta para a constituição do seu conselho de administração.

Solicitou ao senhor vereador Carlos Rabaçal para que pudesse apresentar a referida proposta.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que se tratava de mais um passo na constituição dos Serviços Municipalizados. Aquela composição e aquele momento de nomeação do Conselho de Administração tinha surgido numa altura, em que começava a ser indispensável haver um conjunto de ações que só poderiam ser desenvolvidas com a existência do Conselho de Administração, sendo que a Câmara não podia apresentar o Plano de Atividades e Orçamento dos Serviços Municipalizados, tendo que ser o Conselho de Administração a apresentar ao Presidente da Câmara, que por sua vez apresentaria em reunião de Câmara e posteriormente apreciada pela Assembleia Municipal, assim como a apresentação do Mapa de Pessoal teria que ser aprovado num curto prazo de tempo, para que se pudesse fazer o procedimento que a lei do orçamento tinha permitido, a cedência de interesse público, fazer o acordo tripartido, a integração naquele Mapa de Pessoal teria que ser pré-existente. Aquele Mapa de Pessoal ia ser proposto pelo Conselho de Administração em reunião de Câmara e depois teria que ser apreciado pelo plenário da Assembleia Municipal. A urgência passava pela criação do Mapa de Pessoal, o Plano de Atividades e o Orçamento de 2022, o qual iria cobrir os 13 dias de gestão de 2022. O Mapa de Pessoal para o ano de 2023 e seguintes, bem como o Plano de Atividades e Orçamento podia acompanhar os documentos provisionais da Câmara, assim como o tarifário tinha algum tempo para que pudesse ser aprovado, sendo que o mesmo teria que ser proposto pelo Conselho de Administração.

Independentemente de os Serviços Municipalizados estarem a funcionar enquanto organismo, o Conselho de Administração ia funcionar como efetiva comissão instaladora do processo formal dos Serviços Municipalizados.

O Conselho de Administração tinha uma composição que se relacionava com o acompanhamento e a manutenção da equipa de transição. O Vereador tinha acompanhado aquele processo desde o início, assim como o Dr. João Martins, um ilustre economista, que os acompanhava há cerca de 15 anos e que trazia a continuidade daquele estudo económico. Terá sido com a ajuda do Dr. João Martins que tinham conseguido começar a descascar a “cebola” do contrato de concessão e a descortinar as diferentes irregularidades, diferentes situações anómalas do contrato de concessão e do comportamento da empresa Águas do Sado em relação ao contrato de concessão. A ideia era manter essa capacidade, até porque naquela fase de instalação, a componente económica era muito forte e precisavam de ter essa componente económica forte dentro do próprio Conselho de Administração. O outro membro, era a arquiteta Eugénia Silveira, que tinha sido Vereadora naquela Câmara e que, naquela altura, era Adjunta da senhora Vice-Presidente, que para além das capacidades próprias também tinha uma valência que interessava muito considerar, visto que iriam somar aos Serviços Municipalizados uma componente que não existia na empresa Águas do Sado e que seriam os resíduos. A senhora Arquiteta Eugénia Silveira iria manter aquela ponte, sendo

que uma parte da higiene iria manter-se na Câmara e uma outra parte seguiria para os Serviços Municipalizados. Além de terem uma experiência muito particular na área das obras, iam ter um plano de investimentos bastante forte, o qual carecia de um acompanhamento e de uma visão do próprio Conselho de Administração.

Disse que aquela composição não tinha sido previamente discutida institucionalmente com os partidos, tinha sido uma situação diferente de tudo o que tinha existido, não tinha sido debatido por razões de “timing”, por razões de dificuldades, a única coisa que tinha feito tinha sido por telefone, dizendo exatamente o que se ia apresentar e porquê, mas mais do que isso não tinha sido possível, pelo que tinha que pedir desculpas aos partidos, dado o compromisso de manter um acompanhamento permanente e uma discussão permanente com todos sobre todos os assuntos. Não tinha havido condição para isso, mas esperava encontrar sobre os próximos assuntos, espaço para fazer aquele tipo de debate, uma vez que era essencial à volta de um aspeto tão relevante para o Município, que era a criação dos Serviços Municipalizados.

O currículo estava mais desenvolvido e mais trabalhado, porque se tratava de uma pessoa menos conhecida que era a do Dr. João Martins. Quanto ao seu curriculum, composto por 40 páginas, retirou 2 páginas para colocar naquela proposta, sendo que o mesmo era conhecido por todos. Na realidade, o que interessava naquela Mesa era o trabalho da última década, não valeria a pena ir buscar o currículo da história uma vez que era conhecido por todos.

Em relação ao andamento do processo de transição, gostaria de deixar uma nota muito relevante: na última semana tinha havido uma mudança positiva no comportamento da empresa Águas do Sado em relação a uma série de temas que estavam a debater e estavam com alguma dificuldade de avançar, tinha sido uma semana com uma evolução positiva.

**Sr. Presidente** – Disse que era importante dizer que aquela proposta e a composição do Conselho de Administração, correspondia àquilo que era o quadro da paridade na representação, tal como era obrigatório no cumprimento da lei, conseguindo encontrar essa solução dentro dos quadros que tinham na Câmara Municipal. Era importante, nos termos dos custos do funcionamento do Conselho de Administração, coisa que nem sempre se conseguia, mas daquela vez, tinham conseguido atingir esse objetivo que não era de menor importância, salientando que aquele aspeto era muito positivo.

**Sr. Vereador Fernando José** – Referiu que o currículo do senhor Vereador Carlos Rabaçal tinha um apagão entre 1978 e 1990. O senhor Vereador Carlos Rabaçal não tinha de explicar, obviamente, o que tinha andado a fazer entre 1978 e 1990, mas tinha sido algo que a sua bancada registara. Todo aquele processo de transição de água e saneamento para a Câmara Municipal de Setúbal, a internalização dos serviços, tinha sido um processo que tinham vindo naquele último ano a elogiar no sentido de que, nas diferenças que tinham tido, tinham conseguido encontrar consensos num objetivo comum, e tudo tinha sido feito em diálogo. Antes de se avançar com uma proposta em reunião de Câmara tinha existido sempre o cuidado de reunir com a oposição no sentido de se encontrarem consensos, tinha existido uma unanimidade à volta das propostas apreciadas em reunião de Câmara.

Aquela proposta tinha sido enviada na segunda-feira depois de terem recebido a Ordem de Trabalhos, sem que tivesse existido uma reunião prévia com os Vereadores, pelo menos com os Vereadores do Partido Socialista, para que pudessem expressar a sua posição, tal como tinham vindo a expressar nas reuniões tidas com o senhor Vereador Carlos Rabaçal. Sem prejuízo da intervenção que o senhor Vereador Joel Marques, seu camarada e amigo, também viesse fazer, aquilo que sempre foram dizendo relativamente ao Conselho de Administração, o mesmo tinha de refletir a correlação de forças que existia na Câmara Municipal de Setúbal. O Partido Comunista Português (CDU) não podia esquecer em momento algum que não se encontrava em maioria absoluta na Câmara Municipal de Setúbal, estava numa situação de minoria e tal como no passado, em que também não tinha estado em maioria, tendia em conseguir encontrar os desejáveis consensos. Tratava-se de uma matéria importante, uma matéria que se trata de uma transição que não era fácil, tal

como o senhor Vereador Carlos Rabaçal lhes tinha vindo a transmitir e que tinha de ter um envolvimento de todos os partidos e esse envolvimento devia-se refletir sobretudo no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados. Tinha sido com espanto que receberam aquela proposta, sem que tivesse existido qualquer contacto da parte do Partido Socialista.

Solicitou ao senhor Presidente para que a proposta fosse retirada, porque não estavam em condições de a votar favoravelmente e nem sequer percebiam, porque é que aquela deliberação ia ser tomada por voto secreto. E também não sabia por que razão o boletim de voto tinha sido mudado. Inicialmente tiveram um boletim de voto cuja votação era nominal, posteriormente alteraram o boletim de voto por uma lista completa, aquela alteração dos próprios boletins de voto deixara-os um pouco baralhados.

Recordou o senhor Presidente que em anteriores nomeações, como tinha sido o caso da nomeação do senhor Vereador em substituição, Ricardo Oliveira, que era Assessor da Câmara Municipal de Setúbal, e cuja nomeação tinha sido em reunião de Câmara, não tendo sido por voto secreto. O senhor Vereador Pedro Pina também já tinha sido nomeado para outros cargos em representação do Município, sem que tivesse havido uma votação secreta. No entanto, tinha-lhes sido apresentado um boletim de voto para votarem na lista de nomes do Conselho de Administração em voto secreto e não percebiam por que razão tinha havido uma alteração. Em termos de procedimentos, precisavam de perceber um pouco, porque tinha havido aquelas alterações, por que razão seria por voto secreto, porque razão tinha havido alteração aos boletins de voto.

Seria bom que a proposta fosse retirada e que existisse diálogo com os partidos da oposição no sentido de ser um processo limpo, tal como tinha sido até àquela data. Tratava-se de um processo em que podiam ter tido muitas divergências e podiam continuar a ter essas divergências, mas aquele processo das águas e do saneamento, do fim da concessão, tinha sido um processo em que os partidos tinham tido uma postura de diálogo, de procura de consensos. Pelo que não havia motivo nenhum para chegados ali ser apresentada uma proposta sem que esse diálogo tivesse existido.

**Sr. Presidente** – Disse que não era jurista e que não dominava aquele tipo de matérias, no entanto, procuravam nas decisões que tomavam para que elas não pudessem vir a ser colocadas em causa, razão pela qual consultaram os juristas da Câmara. Tendo-se levantado a questão que para a eleição do Conselho de Administração havia necessidade de haver uma votação, terá sido naquele sentido que fizeram todos os possíveis para que depois não houvesse problemas no resultado. Não tinha havido outra justificação. Sempre o fizeram daquela forma, no entanto, teriam levantado algumas dúvidas e quando se levantavam dúvidas, teriam de ir pela certeza, no que se referia à questão de existir o respetivo boletim de voto.

Relativamente à questão da participação de outros vereadores no conselho de administração, era esse o seu entendimento.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que não tinha existido da parte da bancada do Partido Socialista através da sua intervenção, nenhuma indicação que seriam nomes de vereadores a fazerem parte do Conselho de Administração. Em momento algum tinha dito isso. Tinha dito que os Vereadores do Partido Socialista não tinham tido qualquer tipo de posição, antes daquela reunião de Câmara no sentido de encontrar um consenso, haver diálogo com o senhor Vereador Carlos Rabaçal ou com o senhor Presidente, no sentido de se encontrar um consenso. Em todas as propostas existiam sempre o consenso, tinham feito um caminho em conjunto, embora com algumas divergências, com algumas propostas que até foram sendo feitas e acolhidas. Naquele momento, não tinha sido isso que tinha acontecido, porque tinham uma proposta com nomes e sobre esses nomes não se tinham pronunciado, não tinham tido qualquer envolvimento naquele processo. Atendendo à correlação de forças que existia na Câmara Municipal de Setúbal, que provavelmente terá sido isso que induzira em erro o senhor Presidente, devia existir um entendimento entre o executivo CDU e os vereadores do

PS e também do PSD, no sentido da constituição do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados. Em momento algum tinha falado em vereadores a fazerem parte do Conselho de Administração.

**Sr. Presidente** – Pediu desculpas caso tenha entendido mal a intervenção do senhor Vereador Fernando José. Na realidade, tinha entendido que a composição do Conselho de Administração devia ter composição idêntica. Por essa razão, tinha separado as coisas, porque se tratava de questões diferentes da intervenção que o senhor Vereador ia fazer. Tinha sido aquilo que tinham entendido no início da sua intervenção, razão pela qual ia dar resposta à sua intervenção, mas não sendo assim, não estaria em questão.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que haveria que ser feito um enquadramento, porque estavam a votar a questão das águas de Setúbal. Vigorava até àquele momento uma empresa privada, na sequência de uma concessão dada pela Câmara através de pagamento, que tinha explorado e gerido as águas de Setúbal, mas naquela altura, estavam a discutir a passagem para a Câmara Municipal, a chamada internalização através da criação dos Serviços Municipalizados e, naquele momento, estavam a discutir a composição do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal para a gestão das águas. Tratava-se da joia da coroa da gestão da CDU, na Câmara de Setúbal, dada a rapidez com que aquilo tinha sido feito, dado o empenhamento que se notava da parte dos senhores Vereadores da CDU. A sua bancada tinha acompanhado aquele desejo e aquela vontade e inclusive não se tinham oposto à municipalização daqueles serviços de abastecimento de água e fornecimento de água aos munícipes de Setúbal e do concelho de Setúbal.

Por duas vezes tinha havido necessidade de alguma conversa entre a CDU, o PS e o PSD, às quais sempre tinham correspondido a essas conversas e a esses apelos da parte dos senhores vereadores da CDU, principalmente da parte do senhor Vereador Carlos Rabaçal que tinha o pelouro daquela área e sempre tinham estado presentes naquelas conversas. Tinham sido confrontados com uma lista de três nomes para o Conselho de Administração, ponto final, iriam votar e acabava.

Uma vez que ainda não tinha ouvido a resposta do senhor Presidente relativamente àquele assunto, questionou o senhor Presidente razão pela qual naquele campo não tinha havido um diálogo com as forças da oposição, com o PSD e com o PS à semelhança das outras duas situações.

Ressalvara que o PSD não pretendia algum lugar em alguma empresa, o PSD não tinha pelouros e estava ali a fazer o melhor que sabia para a gestão do Município e para aquilo que era a defesa dos interesses dos seus munícipes. No entanto, tinha sido interessante, se tivesse havido diálogo, porque certamente que enriqueceria a informação do senhor Vereador Carlos Rabaçal, por um lado, e a decisão do senhor Presidente, por outro.

Deixava o apelo ao senhor Presidente para que viesse a acontecer o diálogo com as forças políticas, se achasse que fosse esse o caminho.

Aquele boletim à última da hora passou a ser um boletim dos três membros, o boletim anterior era individual, podendo-se votar em cada um deles. Pelo que terá questionado o porquê daquela alteração e quais seriam as disposições legais ou estatutárias que levavam a que o voto fosse secreto e não por colocar o braço no ar.

**Sr. Presidente** – Informou o senhor Vereador Fernando Negrão que não lhe conseguia dar resposta. Talvez o senhor Vereador até tivesse mais informação que ele, uma vez que o processo tinha sido tratado pelos serviços e tinham que pedir uma informação jurídica, para saber a razão daquela solução. Não tinha informação para dizer qual seria o enquadramento legal, e tal como tinha informado o senhor Vereador Fernando José, apenas sabia que se tinha levantado aquela dúvida de se poder fazer a votação, tal como tinham feito noutras propostas de representação. Tinha surgido aquela questão, eventualmente, porque um quadro para um Conselho de Administração pudesse ter do ponto de vista legal algumas condicionantes, comparativamente com outras nomeações. Não sabia responder à pergunta,

mas sabia que se tratava de uma questão de precaução, podendo vir a levantar-se dúvidas no final, quando aquele processo estivesse mais avançado, o melhor seria precaver a situação. Sabia que os serviços tinham feito os respetivos contactos e colheram essa informação e na dúvida propunha se aquele sistema.

Relativamente à importância da auscultação de todos os senhores vereadores, a CDU tinha responsabilidades acrescidas e procurava assumi-las na gestão dos serviços municipais, na gestão da Câmara Municipal. Não podia abdicar dessa responsabilidade e assumiria em todos os domínios que fossem possíveis. Havia determinados assuntos, determinadas questões que consideravam que deviam conversar com as restantes forças políticas. Naquele caso dos Serviços Municipalizados, a questão central era de saber se os senhores Vereadores acompanhavam, ou não, a decisão que a CDU tomara, em avançar com a municipalização dos serviços de água e saneamento. Naquela situação em que a CDU tinha uma maioria relativa, quando apresentavam uma proposta na reunião da Câmara, no sentido de proporem a municipalização ou a remunicipalização dos serviços de água e saneamento, importava falar obrigatoriamente com as forças políticas, com os Vereadores, no sentido de saber da sua posição. No que se referia à questão do Conselho de Administração, tratava-se da gestão de um serviço ou de um conjunto de serviços da Câmara Municipal e, nesse sentido, o Departamento de Ambiente, o Departamento de Educação, da Cultura, era naturalmente atribuída a vereadores que tinham pelouros, sendo vereadores da CDU. No caso dos Serviços Municipalizados, o Conselho de Administração ia gerir os serviços que estavam bem definidos e bem identificados e, nesse sentido, entenderam que quem devia dirigir aqueles serviços seriam vereadores ou alguém indicado pela maioria que tinha a responsabilidade da gestão da Câmara Municipal. Aquele era o seu entendimento, naturalmente que podiam ter entendimentos sempre diferentes sobre várias coisas. Era importante que ficasse claro, qual seria o entendimento do executivo CDU sobre aquela matéria.

Na realidade, já podiam ter apresentado aquela proposta numa reunião anterior reunião, mas não o tinham feito, porque teriam de procurar as pessoas mais indicadas para a gestão dos Serviços Municipalizados. Quando se tratava de encontrar pessoas, suas qualificações, e tratando de um conselho de administração que não tinha custos acrescidos para os serviços, faziam-na daquela maneira. Não tinha sido fácil fazer aquele caminho e por essa razão tinham anunciado na última reunião que iriam marcar uma reunião extraordinária. Não tinha sido fácil encontrar as pessoas que estivessem naquelas condições, com capacidade, com conhecimento e experiência para desenvolver aquelas funções. Iria haver uma sessão da Assembleia Municipal no próximo dia 30, permitindo que aquela proposta pudesse passar na Assembleia, daí a urgência daquela proposta, para que pudesse ter efeitos em termos do desenvolvimento do trabalho, na apresentação do Plano de Atividades e na apresentação de um Orçamento, tanto para o próximo ano, mas, sobretudo para os 13 dias de 2022, uma vez que os Serviços Municipalizados iam ter de assumir a responsabilidade da gestão ainda no ano de 2022. Aquela urgência também tinha sido um argumento da dificuldade em falar com todos os Vereadores sobre aquele ponto.

Julgou ter sido bem claro naquilo que entendia sobre a questão, de quem tinha as melhores condições para assumir a responsabilidade de gerir os Serviços Municipalizados da Câmara Municipal e, por outro lado, as dificuldades de encontrar essas pessoas. Certamente que seriam as mais preparadas para desempenhar aquelas funções. Tinham de ser pessoas capazes, dada a urgência de desenvolver todo um trabalho e, em particular, a preparação de um Plano de Atividades e Orçamento para os últimos 13 dias de 2022.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Referiu que nos 10 meses que decorreram, desde que decidiram em reunião de Câmara a municipalização da gestão das águas e do saneamento, os senhores não tinham conseguido identificar atempadamente, dentro do gabinete que funcionava na sua dependência, as pessoas que tinham o perfil e as competências mais indicadas para integrar os Serviços Municipalizados, por essa razão, tinham que apresentar uma proposta à pressa, sem que houvesse diálogo com a oposição sobre aquele tema, o que

o deixava bastante preocupado. Todas as pessoas que iam integrar o Conselho de Administração na lista que lhes tinha sido proposta, não o fariam caso a proposta viesse a ser aprovada em "Full-time", uma vez que exerciam outras funções. Qualquer que fosse a composição do Conselho de Administração, certamente que o seu apoio técnico seria sempre bem-vindo e seria sempre muito útil.

A sua intervenção prendia-se com dois pontos que lhe pareciam fundamentais, naquilo que era a definição do conselho de administração. A composição dos conselhos de administração fosse dos Serviços Municipalizados ou de qualquer outra empresa municipal, pela autonomia que aquele tipo de estruturas gozava, deveria espelhar aquilo que era a representatividade do executivo e não deveria ser uma composição absolutamente monocolor, como aquela que ali lhes tinha sido apresentada.

O senhor Presidente já tinha tido a oportunidade de mencionar noutras reuniões, tal como o senhor Vereador Carlos Rabaçal, o senhor Vereador Fernando José, o senhor Vereador Fernando Negrão, assim como o Vereador Joel Marques, que todo aquele processo tinha decorrido desde que começara a ser trabalhado naquele mandato, no sentido conducente à tomada de decisão de municipalizar os serviços de gestão das águas e do saneamento. Todo aquele processo tinha sido conduzido com muita lisura e com muito diálogo com a oposição, tendo sido acolhidas diversas sugestões e contributos da oposição, que foram sendo integrados, numa efetiva partilha de responsabilidade na decisão e no modelo da municipalização, que acabou por ser mais acompanhado pelo PS do que pelo PSD. Recordando a intervenção do senhor Vereador Fernando Negrão, na reunião de dezembro passado, em que havia uma outra alternativa na constituição de uma empresa municipal, apesar da opção do executivo ter sido no sentido de reativar os Serviços Municipalizados. Tinha sido uma discussão muito profícua e que contou com contributos em diálogo apresentados pela oposição e que foram sendo acolhidos. Aquela partilha de responsabilidades entendiam que não deveria ficar pela tomada de decisão da municipalização ou do modelo em que essa municipalização seria efetuada, nem na construção dos regulamentos, nem mesmo nas adjudicações diretas para aquisição de software por mais de um milhão de euros, deveria ir mais além essa partilha de responsabilidades, deveria estender-se ao processo de decisão diária, ao processo de gestão diária dos serviços, atendendo particularmente àquilo que seria a autonomia de que aquele tipo de serviços gozava. Apesar de estarem perante uma proposta que seria votada por voto secreto, o mesmo servia também para não constranger o sentido de voto dos restantes, mas os vereadores do Partido Socialista não tinham qualquer constrangimento em afirmar de forma muito clara, que num processo em que não havia diálogo e participação das oposições, caso aquela proposta não fosse retirada para ser apresentada numa próxima reunião, os vereadores do Partido Socialista votariam contra.

**Sr. Presidente** – Pediu novamente desculpa, porque a sua capacidade de captação não estava no melhor. O senhor Vereador falou outra vez na importância de uma representação não monocolor, seria isso que pretendia dizer ou terá ouvido mal, questionou.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que o senhor Presidente podia entender como quisesse, quando tinham um Conselho de Administração que era representado exclusivamente pela CDU, do qual constava um vereador da CDU, uma vereadora em substituição e um outro cidadão que não sendo autarca em Setúbal, mas que trabalhava diretamente com os sucessivos executivos da CDU desde 2006 e sendo que aquela proposta era apresentada exclusivamente pela CDU sem que tivesse havido qualquer tipo de diálogo com a oposição, o senhor Presidente entenderia como quisesse. Não haveria daltonismo em dizer que era um Conselho de Administração monocolor.

**Sr. Presidente** – No entendimento do senhor Vereador Joel Marques, o Conselho de Administração não devia ter uma representação monocolor no sentido da sua nomeação e de representação. Havia duas coisas que era importante separar. Uma coisa era perceber que



alguns dos vereadores deviam de ter mais diálogo, no entanto, consideravam que deveria existir um “diálogo q.b.”, como aliás resultava das suas intervenções, havia esse “diálogo q.b.” Quando consideravam que existiam questões que justificassem ouvir os senhores Vereadores o executivo CDU ouvia, o que tinha acontecido várias vezes, tal como tinha sido referido pelas várias intervenções, naquele processo da criação e do desenvolvimento do processo dos Serviços Municipalizados.

Quando tinham o entendimento de que os Serviços Municipalizados eram serviços como um outro departamento, tal como um departamento de Ambiente, da Cultura, do Desporto, por essa razão devia ser alguém que tivesse a responsabilidade da gestão que fosse indicado pela Câmara Municipal. Certamente se fosse na nomeação de um diretor de departamento, de acordo com a lei tinha de obedecer a um percurso, a uma carreira, ter as condições e as características que a lei exigia. No que se referia ao Conselho de Administração, a lei não referia nada. A questão que se colocava passava por saber se a proposta de pessoas que tinham sido apresentadas para constituir o Conselho de Administração eram pessoas que ofereciam confiança na competência e na capacidade para desempenhar aquelas funções, ou não. Aquela é que era a questão central. Também já tinham dado explicações nas dificuldades que tinha existido naquele processo, não no sentido em que o senhor Vereador Joel Marques tinha referido, porque não andavam desde o início daquele processo a pensar que iriam ser os membros do Conselho de Administração. Começaram por ter muitas preocupações até ao dia em que os Serviços Municipalizados assumissem a responsabilidade da gestão da água e saneamento no Município de Setúbal, não era a principal questão desde o início daquele processo saber quem ia constituir o Conselho de Administração. Procuram encontrar as pessoas com capacidade, com competência, com prova de estar ao mais alto nível, para dirigir aqueles serviços. Aquela era a questão fundamental para quem também queria garantir que os Serviços Municipalizados fossem bem dirigidos, e para que tivessem um Conselho de Administração que cumprisse o papel a que estava destinado. As outras questões eram entendimentos e opiniões que tinham todos de respeitar, mas no fundamental o que estava em causa era saber se a proposta que apresentavam era constituída por pessoas que tinham capacidade, que tinham competência para desempenhar da melhor forma, ao mais alto nível a administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal.

**Sr. Vereador Fernando José** – Referiu que o requerimento feito pela sua bancada tinha sido feito para retirar a proposta e tinha percebido, pela intervenção do senhor Presidente, que não o ia fazer e ia colocar a votação.

Bastava apenas explicar - porque ainda não o tinha conseguido fazer - uma vez que o boletim de voto tinha sido alterado. Já o tinha tentado explicar embora sem qualquer tipo de fundamento. Dava uma justificação, mas depois não conseguia fundamentar essa justificação, porque estariam a fazer por voto secreto e desconhecia porque é que tinha sido feita a alteração ao boletim de voto.

**Sr. Presidente** – Solicitou ao senhor Vereador Carlos Rabaçal, que tinha acompanhado mais de perto a questão, talvez pudesse dar a justificação, porque tinha sido ele que estabelecera a ligação mais estreita com os serviços.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Em relação ao boletim de voto era simples a justificação, uma vez que tinha havido engano dos serviços na formação do boletim, verificando-se que estava errado, alteraram o boletim.

**Sr. Vereador Fernando José** - Questionou o senhor Vereador Carlos Rabaçal, razão pela qual o boletim estava errado.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que estava errado porque a opção que tinha sido feita passava pela votação em lista.

**Sr. Vereador Fernando José** – A opção que fizeram, não tinha de ser.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Era possível ter-se feito uma ou outra opção.

**Sr. Vereador Fernando José** – Significava que não estava errado.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – O boletim estaria errado.

**Sr. Vereador Fernando José** – A opção tinha sido decidida pelo executivo. Decidiram quem faria parte do Conselho de Administração e qual a forma de votação.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Quem decidia a forma de votação era quem a colocava a votação. Decidiriam numa determinada forma de votação e o boletim não correspondia à forma de votação, razão pela qual teve de ser retirado. Tinha sido um erro dos serviços que tinha sido resolvido.

Em relação à votação secreta, tratava-se do n.º 2, do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo, que referia que o voto era secreto. Consultaram os juristas da Câmara e colocaram a questão de votação de “braço no ar”, porque eram defensores daquele tipo de votação. De acordo com os juristas, naquele caso concreto do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados devia ser voto secreto. Para não ficarem só com o parecer questionaram outros municípios que tinham Conselho de Administração de Serviço Municipalizados, e todos eles tinham sido eleitos por voto secreto, por essa razão decidiram ir pela solução que tinha sido adotada na generalidade e que lhes tinha sido recomendada pelo jurista que os acompanhava naquele processo desde o início.

**Sr. Vereador Fernando José** – Agradeceu a explicação do senhor Vereador Carlos Rabaçal quanto à questão do voto secreto, tinha sido esclarecido, inclusivamente, terá fundamentado com a legislação. Não conseguiam perceber porque o boletim de voto que inicialmente tinha sido nominal tinha sido alterado para lista.

A sua intervenção tinha a ver com o processo propriamente dito - já tinha percebido que iam à votação - e estava relacionado com algo que o senhor Presidente tinha vindo a afirmar de forma repetida, que não conseguia encontrar na experiência que tinha de diálogo social algum paralelo e que estava relacionado com o facto de o senhor Presidente dizer que existia um diálogo, mas só quando entendiam que esse diálogo devia existir. Sendo o senhor Presidente da Câmara Municipal de Setúbal através de um executivo CDU que estava em minoria, terá percebido que tinha vencido as eleições.

**Sr. Presidente** – Informou o senhor Vereador Fernando José que continuava a dizer que o executivo CDU estava em minoria, no entanto, diria que estava em maioria relativa. Sendo o senhor Vereador Fernando José jurista, desconhecia por que razão não utilizava a expressão legal.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que o senhor Presidente podia utilizar a expressão que entendesse, enquanto que ele utilizaria sempre aquela expressão.

**Sr. Presidente** – Disse que utilizava a expressão constitucional.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que o senhor Presidente tinha vencido as eleições, mas tinha ficado em minoria na Câmara Municipal de Setúbal. Os partidos PS e PSD acabavam por ter mais vereadores naquele executivo do que a CDU, pelo que seria importante que se fizesse um caminho de diálogo; não só quando entendiam que ele deveria ser feito. Aquele caminho devia ser feito sempre. Tinha ficado a perceber que o caminho que o senhor Presidente não fazia e que entendia que ele só deveria ser feito algumas vezes, sendo que, naquele dia, era o momento em que devia ter sido feito, porque era um momento

muito importante, era um momento que não devia ser desvalorizado, era um momento muito importante. Não estava relacionado somente com os 13 dias, tinha que ver com tudo aquilo que estava antes dos 13 dias, porque aquelas pessoas que iam ser nomeadas para o Conselho de Administração, iam a partir daquele momento ter “pernas para andar”, com procedimentos que seriam importantes e que só eles podiam ter, daí a importância da existência de diálogo que não chegou a existir.

Disse que pretendia deixar nota daquilo que tinha aprendido, de alguma coisa que nem sempre era fácil aprender com o senhor Presidente, algo que ia transmitir à Organização Internacional do Trabalho, que estava relacionado com o “diálogo q.b.”, também iria transmitir à camarada Isabel Camarinha da CGTP, sobre aquilo a que se chamava o “diálogo q.b.”. Ficaram todos a perceber que existia para além de todas as formas diálogo um “diálogo q.b.”, tratava-se de um diálogo, quando a entidade empregadora, naquele caso, o senhor Presidente e o executivo que estava a exercer funções a tempo inteiro, entendia quando devia dialogar ou quando entendia que não deveria dialogar. Chamava-se àquele o “diálogo q.b.”.

**Sr. Presidente** – Disse que se tratava de uma forma inovadora de se referir à questão e de dizer claramente que quando os que tinham a maioria relativa e que queriam assumir todas as responsabilidades desde que foram eleitos até ao final do mandato, podiam não fazer qualquer diálogo. Tal como os senhores vinham repetindo várias vezes, o diálogo existia. Só que não podiam andar sempre em diálogo, porque tinham de criar as condições para que o Município de Setúbal se desenvolvesse, para que houvesse atividade, para que continuassem a construir Setúbal.

Não tinha dúvidas nenhuma que aquele era um dos momentos mais importantes da atual governação CDU. Tinha sido um compromisso eleitoral que assumiram e que estariam a cumprir. A responsabilidade era de cada força política, por essa razão tinha dito que à partida deviam auscultar todos os vereadores, as forças políticas representadas na Câmara Municipal, no sentido de saber com que podiam contar, com aquele compromisso da remunicipalização das águas e saneamento. Tratava-se de um compromisso eleitoral que tinham feito, independentemente de outros o terem feito, talvez dos mais importantes que já tenham sido feitos ao longo daqueles anos. O outro momento tão importante quanto aquele, mas exatamente em sentido contrário, tinha sido o da privatização das águas e do saneamento. Tinha sido um momento no sentido negativo para todos os setubalenses, o dia daquela decisão. Aquele era um momento muito sério e de grande responsabilidade, que todos assumiam, independentemente da posição que cada um tomasse. Uns votavam a favor, outros votavam contra, isso era da responsabilidade de cada um, no entanto, não deixava de ser um momento de grande responsabilidade, podendo mesmo no meio daquilo tudo poderem ter algum momento de brincadeira, desde que os resultados e as motivações fossem sérios, como não podia deixar de ser.

**Sra. Vice-Presidente** – Pediu desculpas pelo atraso, porque tinha estado numa iniciativa da Associação de Pais de Escola 2/3 de Azeitão que demorara um pouco mais do previsto, porque nem todos os convidados tinham comparecido e ainda estiveram a fazer um tempo de espera para perceber se todos os convidados iriam comparecer, por essa razão terá chegado atrasada.

Justificada a sua ausência e tendo em conta que a reunião extraordinária naquele assunto era muito importante, disse que pretendia dar o seu contributo relativamente àquela proposta. Se fizessem um pouco de análise daquilo que eram outros conselhos de administração, as suas funções, as suas competências nos Serviços Municipalizados que existiam noutros concelhos, facilmente perceberiam que o Conselho de Administração tinha funções de alguma autonomia, mas também tinha funções muito limitadas e que a maioria delas, inclusive as mais importantes e que não eram de gestão corrente, careciam sempre de autorizações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. A Câmara Municipal nunca estaria desresponsabilizada da gestão dos Serviços Municipalizados. As pessoas que

estavam no Conselho de Administração, tal como os vereadores tinham os pelouros, teriam uma responsabilidade mais direta naquilo que seriam as decisões, mas as grandes decisões eram sempre tomadas nos respetivos Órgãos. Era naquela lógica que outros municípios tinham nos seus conselhos de administração apenas os eleitos, acabando por ser opções e, no entanto, também estavam em situação de minoria. Podiam ver dois ou três exemplos do que acontecia na península de Setúbal cujas câmaras não tinham maiorias absolutas. Estavam a falar de questões de gestão, de celeridade na gestão, a competência das pessoas não estaria posta em causa, não lhe parecia que a questão que tinha sido colocada fosse impeditiva para poderem constituir um conselho de administração que acabava por ser um conselho que tinha poderes limitados e que tinha poderes q.b.. Todos os presentes tinham poderes q.b., tinham os poderes que a lei lhes conferia e que as competências que a lei lhes conferia.

Relativamente às questões do diálogo, existiam várias maneiras de fazer diálogo. O diálogo que se tinha feito ao longo da Câmara Municipal tinha sido um diálogo consequente, tinha sido um diálogo construtivo e tinha sido um diálogo de cada um assumir as responsabilidades que tinha, no âmbito daquilo que eram os pelouros que tinham sido atribuídos e no âmbito daquilo que eram as competências que cada um tinha, não tentando extrapolar aquilo que eram as suas competências. A Câmara Municipal tinha competência de aprovar aquele conselho de administração e tudo o que aquele conselho de administração fizesse e propusesse, assim como a Assembleia Municipal. Nesse sentido, não estavam a fazer nada que fosse muito diferente daquilo que tinha sido feito em outras autarquias, na nomeação dos seus conselhos de administração, aquando dos resultados eleitorais das últimas eleições legislativas.

Haviam outras propostas que lembrou que tinham vindo à Câmara Municipal e que também eram de uma importância extrema e enquanto vereadora da CDU nunca tinha sido consultada pelos senhores vereadores da oposição, relativamente a questões importantes que lhes tinham sido impostas pela oposição, talvez pelo “diálogo q.b.” entre o PS e o PSD e não havendo diálogo com a CDU. Referia-se às questões que foram apreciadas pela Câmara Municipal relativamente aos impostos. Aquele diálogo tinha sido q.b. porque os Vereadores da CDU não tinham sido incluídos naquele diálogo. Pedia imensa desculpa, mas aquilo dava para os dois lados. A sua pessoa nunca tinha sido chamada para nenhuma reunião com a oposição preparatória ou de diálogo. Naquele aspeto também tinha sido um “diálogo q.b.”.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que tinha uma dúvida e gostaria que o senhor Presidente lhe pudesse elucidar, ao contrário das questões anteriores, às quais continuava com as mesmas dúvidas. Dos três nomes indicados o primeiro era o senhor Vereador Carlos Rabaçal, como todos sabiam o seu perfil não era perfil de gestão, mas sim um perfil político, bastando para isso verificar a sua formação, não tinha mal nenhum, antes pelo contrário, tinha responsabilidades políticas e tinha perfil político para esse efeito. Depois tinham o curriculum vitae do senhor Dr. João Fernandes Martins, que era Economista, tinha experiência de gestão de empresas. Por fim tinham a senhora Arquiteta Eugénia Silveira, sendo que um arquiteto não era propriamente um gestor e também tinha experiência política, o perfil da senhora Arquiteta Eugénia Silveira era essencialmente político, fosse em juntas de freguesia ou em assessoria de vereadores em determinados pelouros. Naquela informação que lhes tinha sido dada, nos termos do n.º 4, do artigo 2.º, da Portaria n.º 313/2021, de 22 de dezembro, não havia lugar a qualquer remuneração dos membros do conselho de administração. Em primeiro lugar, era uma reação de júbilo de satisfação, não se ia gastar um tostão. Mas ficava-lhe uma dúvida, para terem pessoas habilitadas e mais capazes para gerir um setor, como seria o setor das águas em Setúbal, precisariam de pessoas preparadas para isso e essas pessoas teriam de ser pagas. Mais valeria pagar e ter menos prejuízo na gestão do que ter pessoas menos bem preparadas para aquele efeito e depois ter mais prejuízo na gestão.

Questionou o senhor Presidente, se no futuro, a sua ideia seria ou não de profissionalização da gestão dos Serviços Municipalizados das águas de Setúbal.

**Sr. Presidente** – Disse que o Conselho de Administração ia tomar decisões, que no fundamental seriam decisões informadas tecnicamente. Na estrutura dos Serviços Municipalizados haveria de transparecer essa capacidade. Naquele sentido, a estrutura orgânica dos Serviços Municipalizados seria uma estrutura profissional, altamente qualificada e daí que viria a informação técnica, para que o Conselho de Administração avaliasse e pudesse trazer as propostas que bem entendesse depois da avaliação e da ponderação técnica em colaboração com os seus técnicos, trazer as propostas à Câmara Municipal e a Assembleia Municipal quando viesse a ser caso disso, no sentido de a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal poderem vir a deliberar. Toda a estrutura dos Serviços Municipalizados seria uma estrutura altamente qualificada e que viria certamente a ser constituída daquela forma. Não tinha grandes dúvidas sobre aquilo, era um processo que ainda estava em constituição, mas tudo apontava para que uma grande parte dos atuais responsáveis dos serviços da Águas do Sado pudessem vir a ser os responsáveis dos departamentos técnicos dos Serviços Municipalizados. Sem dúvida nenhuma que seria uma estrutura altamente profissionalizada.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Acompanhando o que tinha dito o senhor Presidente naquela matéria da profissionalização, disse que iria ter a direção financeira, a direção de recursos humanos, a direção de exploração, a direção de engenharia e a direção de resíduos, também teriam diretores de departamento profissionalizados, que seriam pessoas altamente experimentadas e que estavam no terreno a trabalhar. Seriam os técnicos que dominavam a matéria.

Iriam ter um diretor delegado que dirigiria todo aquele processo e todos aqueles departamentos, depois teriam um conselho de administração que no caso concreto de Setúbal era o menos politizado de todos os concelhos de administração que existiam na região de Almada, Montijo e Setúbal. Em Almada tinham três eleitos do Partido Socialista, no Montijo tinham sido três eleitos do Partido Socialista, em Setúbal era um eleito da CDU, um especialista de renome na área económica e uma ex-eleita. O executivo fugira àquela lógica, procurando uma solução mais gestonária, mais focada na gestão e menos nas questões políticas. Era indispensável ter quem conduzisse politicamente em termos estratégicos, o processo dos Serviços Municipalizados e a política teria de estar presente na condução daquele processo, daí terem optado por manter pelo menos um eleito, podiam não ter nenhum eleito em termos de proposta, podia acontecer, porque a lei o permitia, mas era interessante verificar que apesar de tudo fizeram esse caminho, não ficar apenas nos eleitos, mas caminhar numa solução distinta.

Em relação ao perfil das pessoas disse que da sua parte seria um gestor desde sempre, apesar de estar na política era gestor. Poderia falar melhor com o Dr. Fernando Negrão e explicar melhor o contido da sua atividade.

Precisavam naquele momento de um conselho de administração que fizesse a ponte entre o passado, o presente e o futuro. Que estivesse a acompanhar o processo de transição com a sua complexidade e que não tivesse entropia na discussão sobre essa matéria e que não trouxesse a introdução de pessoas que estavam fora do processo, que era um processo em que cada dia contava, não havia tempo a perder, mantendo quem estivesse com o processo de transição. Estavam numa fase crucial, quer do processo de transição quer no processo de instalação e de início da atividade. O início da atividade tinha muitos aspetos, no aspeto financeiro iria ter tradução financeira real próprio dos Serviços a partir de março, pelo que havia muita coisa a tratar, muito assunto a resolver, havia questões de recursos humanos a resolver e tudo isso tinha uma lógica de trabalho que estava montada e era importante que quem estava com essa lógica a mantivesse e conduzisse o processo. No futuro, podiam considerar todas as alternativas que a lei permitisse, para a constituição do concelho de administração, havia muitas soluções possíveis, felizmente a lei tinha aberto essa possibilidade, pelo que se podia discutir de outra forma aquela matéria. Naquele momento, era o caminho mais rápido, mais célere. Tinham de ter conselho de administração porque

tinham de ter rapidamente propostas a apresentar ao Presidente da Câmara para serem apreciadas em reunião de Câmara. As propostas tinham de ser apreciadas pelos diversos órgãos e tinham de ter tempo e espaço para as trabalhar e precisavam que isso acontecesse a muito breve prazo. Seria muito importante que pudesse sair daquele a reunião a composição do conselho resolvida. O Conselho de Administração ia ter de construir um calendário de trabalho, tinha de intervir numa fase inicial na criação de condições de funcionamento integral dos serviços, sem quebras de qualidade e tinha de apresentar na Câmara e na Assembleia Municipal um pensamento estratégico para a água em Setúbal.

Estavam a ser criadas condições com a equipa que tinham, para se conseguir levar para apreciação em reunião de Câmara, que era totalmente necessário, numa fase em que estavam perante as alterações climáticas. De acordo com a OCDE a situação de seca em Portugal era dramática e iria ser pior, pelo que era necessário que fosse encarado com grande clareza, por isso tinham que apresentar propostas que fossem avaliadas e pensadas em sede de Câmara e de Assembleia, para fazer face àquelas situações e garantir água para consumo humano em condições, com qualidade e em quantidade, garantindo água industrial, água agrícola, garantir mecanismos de reutilização, outros mecanismos de recurso para ter condições hídricas de resposta concreta às alterações que tinham. O que interessava, naquele momento, era dar aquele caminho.

Em relação aos passos seguintes, defendia que deviam manter uma avaliação de todas aquelas matérias com as forças políticas da Câmara e em alguns casos mesmo da Assembleia, porque nem todas as forças políticas estavam representadas na câmara. Talvez ainda não tivessem feito todo o caminho que era necessário fazer naquela matéria, mas tinham de continuar a fazê-lo. Era muito importante que houvesse uma convergência forte de opinião e de ação entre os vários parceiros políticos que intervinham no Município, no nosso território.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação secreta, tendo a mesma sido aprovada por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, 2 abstenções e 4 votos contra.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Não concordando com método de voto secreto queria aqui dizer que me abstive e que obviamente é isso que temos feito desde o início neste processo da municipalização das águas e que estaremos atentos até ao fim. Depois do fim da respetiva instalação, relativamente ao funcionamento do mesmo, e que esse acompanhamento tenha algum resultado positivo para os cidadãos e munícipes de Setúbal.”*


**Sr. Presidente** – Informou que a próxima reunião seria no dia 12 de outubro porque no dia 5 seria feriado, Dia da Implementação da República.

O Sr. Presidente submeteu à votação as minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezoito horas e quarenta e oito minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 1 de março de 2023, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 15 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:  
Vitor Marcos

Conferida por:  
Ana Paula Lico

Revista por:  
Paulo Hortênsio